

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva
Nº 980 - 21/3/2016

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

PROFESSORES DISCUTEM ACORDO INTERNO E ELEIÇÕES DA APROPUC

Reunidos na terça-feira, 15/3, os docentes da PUC-SP encaminharam suas deliberações sobre o novo texto do Acordo Interno de Trabalho e as próximas eleições da APROPUC. Quanto ao acordo os professores concordaram com a atual condução da APROPUC, que encaminha para a manutenção das atuais cláusulas do texto. A nova proposta avança no sentido de ampliar o direito de licença para os professores em caso de morte de familiar. A chamada licença por gala ou luto deverá ser estendida para irmão(ã) que passará para nove dias e no caso de morte de sogro(a), neto(a) ou avós, que darão direito a dois dias de licença.

No caso de licença por adoção os docentes aprovaram o pleito da entidade que mantém o direito aos casais heteros como homoafetivos. A Fundasp propôs um limite de dois anos de idade da criança adotada, mas a APROPUC insiste no argumento de que um menor adotado com idade superior a dois anos merece também atenção especial dos pais, pois, em muitos casos, vêm de um histórico de carência afetiva e necessitam de mais tempo e convívio para uma adaptação.

AVISO PRÉVIO

Os professores não concordaram, porém, com a diminuição do aviso prévio pro-

posta pela Fundasp. Hoje o acordo interno prevê que fica assegurado um acréscimo de 15 dias além dos 30 já consagrados pela CLT aos professores com 45 anos de idade ou mais. A Fundasp propõe que essa idade base seja estendida para 50 anos, tal como a Convenção Coletiva do Sinpro-SP.

Para os docentes esta é uma situação preocupante, pois na PUC-SP existem cerca de 136 docentes nesta faixa etária e que, em casos de demissão seriam amplamente prejudicados. A diminuição do valor pago pela Fundasp poderia estimular demissões entre esses docentes que, pela sua faixa etária, encontrariam muita dificuldade em encontrar nova colocação no mercado.

Diante da situação de maximização, represamento e diminuição salarial via implantação de novas tabelas de salários, a APROPUC vê com muita preocupação mais este corte, que joga cada vez mais a PUC-SP na vala das faculdades mercantis.

ELEIÇÕES DA APROPUC

Os professores também encaminharam as primeiras providências para a eleição da nova diretoria da APROPUC que deve acontecer ainda neste semestre. Foi constituída uma comissão eleitoral composta pelos professores Sueli Pacheco (Faculdade de Ciências

Sociais), Leila Darin (Faficla) e Patrick Andrade (Faculdade de Economia e Administração). A comissão deverá estabelecer um calendário para as eleições que acontecerão ainda neste semestre.

A eleição da APROPUC acontece em um momento crucial para a comunidade puquiense. Há 40 anos a APROPUC foi fundada, exatamente no dia 25/9/1976, com o compromisso de lutar pela melhoria das condições de trabalho docente.

Ao longo dos anos a associação transformou a PUC-SP em uma das principais referências acadêmicas e na conquista de direitos trabalhistas que, em muitas vezes, superavam os marcos estabelecidos pela legislação trabalhista.

Nos últimos anos, porém, a luta pela preservação dessas conquistas tem sido um dos pontos fundamentais das diretorias da entidade. Os ataques sofridos após a grande crise de 2006 têm sido constantes. Por isso mais uma vez a renovação da diretoria da APROPUC assume o caráter de luta contra a maximização, o represamento, as demissões constantes, a redução de salários, a diminuição de contratos de trabalho pela supressão de turmas.

Mais do que nunca está em jogo a nossa sobrevivência enquanto categoria que soube, ao longo de décadas, conquistar um espaço admirável entre as instituições de ensino deste país.

Participe da Ação solidária da AFAPUC e APROPUC

A AFAPUC e a APROPUC continuam a campanha de arrecadação de alimentos não perecíveis em favor dos funcionários da empresa de limpeza Higilimp. Os terceirizados ficaram sem os salários de fevereiro em virtude do calote dado pela dona da empresa que desapareceu deixando de saldar diversas dívidas tanto com funcionários como com fornecedores. Na PUC-SP uma parte desses funcionários foi absorvida pelo Impacto. Porém restam outros que ainda estão desempregados e mesmo os recontraçados persistem sem salários. Os donativos podem ser encaminhados para a sede da AFAPUC, Garagem do Prédio Novo.

FUNCIONÁRIO

Fortaleça sua entidade!

Associe-se à
AFAPUC

Empréstimo do BNDES à PUC-SP repercute na imprensa

O jornal O Estado de S.Paulo publicou, em sua edição de 12/3, matéria sobre a verba de R\$ 27 milhões que a PUC-SP recebeu do BNDES para reformas estruturais em seus prédios. A matéria assinala que "o pacote de melhorias incluí pintura, adequações de acessibilidade, 24 salas de aula inteligentes - equipadas com lousa digital -, reforma de auditórios e renovação de equipamentos de informática. Em Sorocaba, o Hospital Santa Lucinda, gerido pela PUC-SP, será ampliado em 16 leitos - atualmente são 130".

Por outro lado o texto aponta também algumas preocupações dos gestores. A professora Anna Cintra faz referências às 1.300 vagas que tiveram de ser fechadas neste ano e culpa a aceitação do mercado por esta triste situação.

Se por um lado a melhoria das condições infra-estruturais é bem vinda por toda a comunidade, é de se lamentar que a melhoria das condições de ensino e salário contínuem sem solução.

A diminuição do número de alunos neste ano vem causando redução contratual em diversas unidades e, em alguns casos, até de-

missões. O departamento jurídico da APROPUC vem recebendo diariamente reclamações de professores que tiveram sua carga diminuída drasticamente por conta, muitas vezes, de redução de um ou dois alunos. Pior ainda, quando essas turmas se complementam pela inclusão de alunos matriculados fora do prazo os docentes não recebem as aulas já dadas.

Em um cenário já aviltado pela maximização (que deveria durar um ano e já dura 10), represamento dos professores, falta de perspectiva profissional dos funcionários, as possíveis melhorias advindas de reformas infraestruturais ficam muito comprometidas.

Se realmente, segundo a matéria, como diz a professora Anna Cintra, "nosso diferencial é a preocupação social aliada à excelência acadêmica", torna-se imperiosa uma discussão das reais condições de trabalho e salário desta universidade. Esse deverá ser o eixo principal das discussões para a eleição de uma nova reitoria neste ano e a APROPUC estará atenta, cobrando de cada candidato um posicionamento claro sobre essas questões.

Funcionários encaminham propostas para seu Acordo Interno

Os funcionários administrativos da PUC-SP realizaram na quinta-feira, 18/3, sua assembleia para discutir as possíveis modificações no Acordo Interno de Trabalho. Inicialmente a diretoria da AFAPUC informou sobre as negociações envolvendo o reajuste salarial de 2016 (ver matéria na seção Rola na Rampa). Os diretores informaram da disposição do secretário-executivo da Fundasp em

pagar um adiantamento salarial na próxima folha se o acordo não for firmado.

Quanto à discussão do texto do Acordo Interno os funcionários aprovaram algumas modificações às propostas trazidas pela Fundasp nos itens de cesta básica, abono de faltas e aviso prévio para trabalhadores com mais de 50 anos. Veja abaixo um quadro com as modificações propostas.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DO ACORDO INTERNO DE TRABALHO

Proposta da Fundasp	Posição dos funcionários
Cláusula 5ª - O não pagamento da remuneração no prazo estipulado acarretará multa diária de 1/30 do salário bruto. FUNDAÇÃO PROPÕE 1/50 AVOS	Não concordam e propõem redução para 1/40
Cláusula 10ª - Cesta Básica FUNDAÇÃO PROPÕE MUDANÇA PARA SISTEMA DE CARTÃO COM O VALOR DE R\$ 122,47	Defendem a manutenção do antigo sistema de cesta básica entregue nos domicílios
Cláusula 22ª - Aviso Prévio - Para os funcionários com mais de 45 anos fica assegurado um acréscimo de 15 dias. FUNDAÇÃO PROPÕE AUMENTO DO LIMITE DA IDADE PARA 50 ANOS.	Funcionários não concordam e gostariam de ver mantidos os parâmetros atuais
Licença por Adoção FUNDAÇÃO CONCORDOU COM A AMPLIAÇÃO DA FAIXA ETÉRIA PARA SETE ANOS DE IDADE	Concordam
Abono de faltas FUNDAÇÃO CONCORDOU COM AMPLIAÇÃO DO LIMITE PARA 5 FALTAS, MAS GOSTARIA DE UTILIZAR O TEXTO NORMATIVO QUE REGULAMENTA A QUESTÃO NO CAMPUS DE SOROCABA	Concordam mas gostariam de ver acrescentada ao texto que regulamenta a questão a possibilidade de concessão de 1/2 portaria e a emenda do abono com o início ou o final das férias



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Andressa Vilela, Marina D'Aquino

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Edição: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octavio de Souza e Victoria C. Weischtardt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

GAUCHE NA VIDA

Por que Lula não foi preso?

Hamilton Octavio de Souza

O debate suscitado na 24ª fase da Operação Lava Jato, se houve ou não abuso das autoridades - Polícia Federal, Ministério Público Federal, Judiciário Federal e Receita Federal - na condução coercitiva do ex-presidente da República para prestar depoimento, dia 4 de março, é evidentemente uma dúvida jurídica da maior relevância, não apenas no trato do caso específico do cidadão Lula, mas para esclarecer se o procedimento praticado anteriormente com outros cidadãos e cidadãs suspeitos, investigados e testemunhas seguiu ou não as normas legais vigentes no País.

A própria Lava Jato revelou que pelo menos 117 pessoas, inclusive grandes empresários, ricos e poderosos, foram conduzidas de forma coercitiva nas fases anteriores da operação sem que tenha havido o clamor social. Apenas os advogados de boa parte dos investigados protestaram contra o tal procedimento coercitivo, seguido ou não de prisão provisória e preventiva. Se agora se conclui que houve abuso em 4 de março, é preciso que a denúncia do abuso seja estendida para todos os casos anteriores com empreiteiros, doleiros e operadores do esquema Petrobras.

Mais do que isso, é preciso denunciar o abuso das demais forças policiais do País que cotidianamente obrigam os brasileiros considerados suspeitos nas periferias e nas comunidades (trabalhadores, estudantes, jovens negros, etc) a prestarem depoimentos coercitivamente nas delegacias de polícia, muitas vezes com consequência trágica como a do pedreiro Amarildo, no Rio de Janeiro. É preciso denunciar o abuso po-

licial contra milhares de cidadãos detidos nos protestos de 2013, nas manifestações contra a Copa em 2014 e nas lutas diárias dos movimentos sociais e populares mais combativos ao longo de 2015.

Pode ser que finalmente muita gente se deu conta de que isso é um abuso grave das autoridades, que excede a legislação em vigor, que ameaça a democracia e os direitos individuais e sociais, e que, portanto, não pode mais ser aceito nas investigações criminais. Se ficar comprovado o abuso, evidentemente a força-tarefa deve ser advertida pelas autoridades e ser impedida da prática da condução coercitiva para qualquer cidadão brasileiro, sem exceção. Será que o STF vai mesmo apresentar uma palavra definitiva a essa polêmica? Interessa ao governo que produziu uma "lei antiterrorismo" conter a sanha repressiva do Estado? Quem, entre as diferentes correntes de opinião na sociedade, alimenta a ilusão de que o aparelho de Estado que aí está seja capaz de promover a justiça, a igualdade e construir uma Nação sem explorados nem exploradores?

De qualquer maneira, parece razoável entender que a razão do sistema de poder sobre essa questão segue os padrões do chamado "Estado Democrático de Direito", conforme os interesses das classes dominantes. Isso implica refletir sobre alguns questionamentos: A comprovação do abuso vai invalidar o trabalho realizado pela Operação Lava Jato até agora? Vai reverter a situação a ponto de impedir a sua continuidade? Vai desmoralizar a força-tarefa de tal maneira que ela não tenha mais respaldo legal e social para concluir o que apurou? A Lava Jato terá o mesmo destino de outras tantas operações como a Satiagraha, Castelo de

Areia, Opportunity, Banestado? Ou, ao contrário, o fato de a Lava Jato ter sido censurada pela condução coercitiva de Lula não altera em nada o processo em curso e o objeto das investigações?

FATO NOVO

Outra coisa que chama a atenção na 24ª fase da Lava Jato é saber exatamente por que o Lula não foi preso nem provisória nem preventivamente como tem acontecido, desde o início da operação, em 2014, com pessoas suspeitas de algum envolvimento no caso de desvio de recursos da Petrobras, que tem sido "oficialmente" declarado o fio condutor de todo esse processo.

Basta verificar que nas fases anteriores da Lava Jato inúmeros empresários, advogados, executivos, doleiros, operadores e beneficiados pelos desvios na Petrobras foram detidos com muita convicção pela força-tarefa, foram conduzidos coercitivamente para prestar depoimento e muitos tiveram suas prisões temporárias transformadas em preventivas, por tempo indeterminado - mesmo com todo o aparato jurídico utilizado pelos mais renomados escritórios de advocacia para livrar os seus preciosos clientes.

A operação seguiu firme e confiante para os indiciamentos e julgamentos, com dezenas de condenações nos diferentes regimes prisionais, atrás das grades ou domiciliar. Todas as condenações em 2ª instância agora, após decisão do STF, deverão ser imediatamente cumpridas na cadeia, pelo menos inicialmente. Quem está protestando contra esse processo pelo Brasil afora? Aparentemente só os advogados dos réus e os setores diretamente afetados pelas ações da for-

ça-tarefa, além de áreas do governo que falam da importância das empresas envolvidas no assalto à Petrobras para o desenvolvimento econômico do País.

Entre os partidos políticos o PT é o que mais protesta, reclama de perseguição institucional e pessoal da força-tarefa, embora tenha menor número de filiados indiciados do que o PP de Paulo Maluf e o PMDB de Michel Temer, Renan Calheiros, Edson Lobão etc. Até agora o STF aceitou uma única denúncia com base nas investigações da Operação Lava Jato: a do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do PMDB. Acontece que os partidos tradicionais tratam as denúncias como fatos de envolvimento individual de seus membros, que cada um deve pagar por conta própria, de maneira que a estrutura partidária não chega a ser tão abalada.

Evidentemente a forte reação do PT tem a ver com o enorme desgaste que a Operação Lava Jato tem causado ao governo Dilma Rousseff, já enfraquecido pela prolongada e profunda crise econômica; com o desmonte de um suposto esquema de financiamento do partido em conluio com as empreiteiras que desviaram recursos da Petrobras, via marqueteiros eleitorais; e, principalmente, porque as ações da força-tarefa direcionaram seu foco em cima da maior liderança do partido, acusado de ter sido beneficiado pessoalmente pelos desvios de recursos das empreiteiras na Petrobras. O foco das investigações no PT atinge também o conjunto das forças de esquerda, na medida inclusive que são colocadas na

continua na próxima página

continuação da página anterior

defensiva e ficam impactadas diante do peso das denúncias na sociedade.

ENTÃO, POR QUE LULA NÃO FOI PRESO NO DIA 4 DE MARÇO?

Numa primeira hipótese, pode-se considerar que a Operação Lava Jato ainda não tem provas e nem mesmo a convicção de que as suspeitas contra o ex-presidente, tanto nas delações feitas até agora como em toda a documentação analisada pela força-tarefa, tenham fundamentação criminal. Neste caso, a verificação dos recursos doados ao Instituto Lula e as obras no sítio de Atibaia e no apartamento do Guarujá, por empresas comprovadamente envolvidas nos desvios da Petrobras, ainda dependem de melhor apuração e de comprovação. Mesmo que se conteste o abuso da condução coercitiva no depoimento de Lula, os demais depoimentos e as ações de busca e apreensão realizadas no dia 4 podem chegar a algum resultado de comprovação da prática de crime. Em caso positivo ele deverá ser preso. Em caso negativo, o ex-presidente e sua família serão excluídos da investigação e deverão receber atestado de idoneidade perante a sociedade.

Numa segunda hipótese, pode-se considerar que a Operação Lava Jato já tem provas testemunhais e documentais suficientes para prender, indiciar e levar Lula a julgamento, mas que, por motivos táticos, decidiu primeiro fazer uma espécie de ensaio geral - seja para poder afirmar que colheu previamente o depoimento de Lula, inclusive para confrontar com o material apurado, ou seja para avaliar a amplitude e a intensidade de reação da sociedade que a eventual prisão de Lula poderia acarretar. Quem, onde e como pode protestar contra a prisão de Lula, qual a repercussão nacional e internacional, qual a capacidade real de mo-

bilização do PT e de seus movimentos sociais? Neste caso, a Lava Jato agora já dispõe de informações suficientes para planejar sobre a forma e o momento mais adequado para a prisão provisória ou preventiva de Lula.

Numa terceira hipótese, pode-se considerar que a Operação Lava Jato, independentemente de ter ou não provas suficientes para a prisão, o indiciamento e o julgamento de Lula, preferiu conduzir essa parte do processo em sintonia com outras ações relevantes na atual conjuntura, entre as quais o próprio encerramento das fases anteriores da Lava Jato; o desenrolar da cassação de Eduardo Cunha; a atuação do STF nos processos dos políticos da Lava Jato com foro especial; o andamento do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff no Congresso Nacional; a crise econômica e o agravamento do desemprego. Neste caso, fica evidenciado que além de visar os envolvidos mais direta e recentemente no escândalo da Petrobras, a Operação Lava Jato procura cumprir uma agenda política para atingir duramente os setores da esquerda, não apenas o PT, nas eleições de 2018.

O rompimento do pacto de setores da burguesia com o PT parece irreversível. O partido está atordoado, sofre com a debandada dos aliados fisiológicos. A correlação de forças do lado da direita, no Congresso Nacional, no STF e no aparelho de Estado, ganha peso diante da crise política e econômica e articula saídas cada vez mais conservadoras e regressivas. As esquerdas precisam urgentemente construir uma alternativa fundamentada na defesa dos trabalhadores e das conquistas sociais e políticas do povo brasileiro. Esse é o grande desafio do momento.

Hamilton Octavio de Souza é jornalista e professor; Este artigo foi publicado originalmente no endereço eletrônico <http://www.correiocidadania.com.br/>

Blog lança dossiê Heleieth Saffioti



O blog Marxismo 21 está lançando o "Dossiê Heleieth Saffioti". Coordenado por Danilo Enrico Martuscelli, do comitê editorial do blog, o dossiê traz um extenso e rigoroso conjunto de textos da autora símbolo da resistência feminina no país, seja no plano das lutas políticas, seja no plano das lutas ideológicas e teóricas.

Lançado exatamente no Dia Internacional de Luta da Mulher, o acervo mostra fundamentalmente as preocupações de uma educadora e militante socialista na luta pelo fim da desigualdade entre os sexos e pela transformação social. Para Renata Gonçalves, que apresenta o dossiê, com imensa criatividade teórica, Saffioti deu pistas para a reconstrução deste fio que liga a desigualdade entre os sexos e a transformação social. Em condições muito desfavoráveis, ajudou a colocar, em novos termos, o marxismo no interior da

luta das mulheres e vice-versa. Daí a importância de seu primeiro grande livro, "A mulher na sociedade de classes".

Heleieth foi professora da PUC-SP até 2006 quando travou uma discussão sobre a descriminalização do aborto com o procurador Cícero Horada. Após o episódio foi brutalmente demitida na demissão em massa promovida pela PUC-SP, o que causou a revolta de toda a comunidade puquiense e o posicionamento contrário da APRO-PUC.

Heleieth Saffioti recebeu diversos prêmios, dentre os quais Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (2002), Florestan Fernandes (2003), além de ter sido indicada ao Prêmio Nobel da Paz (2005), no Projeto "Mil Mulheres".

O dossiê pode ser acessado em <http://marxismo21.org/heleieth-saffioti-marxismo-genero-e-feminismo>.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Professores e funcionários da UFRJ deflagram greve

Professores e servidores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) iniciaram no último dia 7/3 uma greve para reivindicar aumento salarial e protestar contra cortes orçamentários.

Entre as reivindicações estão um reajuste salarial de 30%, fim da terceirização de funcionários, regularização do pagamento de bolsas e salários, além do arquivamento de processos abertos em 2012 contra sindicalistas e estudantes. Desde o ano passado, funcionários terceirizados estão com salários atrasados e não receberam o 13º salário. O governo do estado afirma que houve um reajuste de 103% desde janeiro de 2010. Os servidores contestam a informação, pontuando que não receberam reajuste desde 2001.

Na última quarta-feira, os trabalhadores estiveram presentes no Ato Unificado da Greve dos Profissionais da Educação no Palácio Guanabara e no dia seguinte compareceram à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, junto ao Movimento Unificado dos Servidores Públicos do Estado. Os trabalhadores programam ainda manifestações e atividades nos campus da UERJ.

Na última quarta-feira, os trabalhadores estiveram presentes no Ato Unificado da Greve dos Profissionais da Educação no Palácio Guanabara e no dia seguinte compareceram à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, junto ao Movimento Unificado dos Servidores Públicos do Estado. Os trabalhadores programam ainda manifestações e atividades nos campus da UERJ.

Conlutas realiza seminário sobre terceirização

Nos dias 2 e 3/4 será realizado o Seminário Nacional sobre Terceirização, organizado pela CSP-Conlutas. O evento contará com a participação de especialistas, juristas, intelectuais e ativistas sindicais. O evento debaterá a terceirização como desregulamentação das leis trabalhistas e a precarização do trabalho, como forma de divisão da classe trabalhadora e a crise econômica e política no Brasil em relação ao avanço da privatização e da terceirização.

As informações acerca da inscrição podem ser encontradas no site da Conlutas (cspconlutas.org.br).

Ato pela legalidade democrática acontece no TUCA

Inflamados pela condução coercitiva do ex-presidente Lula e por todos os novos desdobramentos políticos que se colocaram nas últimas semanas no país, o Centro Acadêmico 22 de Agosto, da PUC-SP, e o Fórum 21 organizaram na última quarta-feira, no TUCA, o Ato pela Legalidade Democrática. O evento contou com a presença de diversos artistas, juristas, professores e representantes de movimentos sociais.

O ato encheu as poltronas do TUCA, símbolo de resistência à ditadura militar no Brasil, e também sua parte externa. Os discursos fizeram uma defesa dos governos de Lula e Dilma Rousseff (PT) e uma forte crítica à espetacularização da mídia e da justiça que

tem sido observada em relação aos últimos acontecimentos políticos.

Depois da fala de representantes da Central Única dos Trabalhadores, União Nacional dos Estudantes (UNE), organizações que compõem uma base de movimentos sociais aliada ao governo, o professor Gilberto Maringoni pontuou que era contra uma tentativa de golpe de Estado, assim como também era contra o ajuste fiscal tocado pelo governo. "Os 53 milhões de brasileiros que votaram em Dilma não escolheram esse projeto", afirmou. O ato contou ainda com falas do jurista Fábio Konder Comparato, do representante do MTST Guilherme Boulos, Marilena Chauí, entre outros.

Diretoria da APROPUC frente à conjuntura

A diretoria da APROPUC repudia a ação de boa parte da magistratura brasileira que hoje age de forma a preservar os direitos daqueles que querem derrubar o governo Dilma afrontando a Constituição e os direitos dos cidadãos. É impossível deixar de repudiar a barbárie que juizes como Sergio Moro tentam impingir à sociedade brasileira, escorados na espetacularização da mídia e na defesa dos direitos daqueles que exploram a sociedade brasileira. A diretoria da APROPUC não apoiou as manifestações de impeachment orquestrada pela oposição de direita e mídia a serviço da classe dominante e nenhum ato que fira a democracia. A APROPUC porém se opõe ao governo Dilma, do PT pois não representa os interesses da classe trabalhadora, ao selar a aliança com os se-

tores da burguesia e do grande capital, implantar o ajuste fiscal que recai sobre os trabalhadores com cortes na educação, saúde, habitação, reforma agrária, não demarcação das terras indígenas e quilombolas e a contrarreforma da previdência. Não apoia as manifestações de 18/03 e 31/03 de apoio ao governo Dilma do PT e continua no apoio a luta dos trabalhadores na perspectiva de autonomia e independência de classe, em defesa das reivindicações por salário, trabalho, saúde, educação, contra a terceirização, os ajustes, a lei antiterror e conclama a tod@s a participarem das mobilizações de 01/04 organizada pela CSP Conlutas, Espaço de Unidade e Ação e movimentos sociais, sindicais e populares em defesa da classe trabalhadora.

Diretoria da APROPUC

ROLA NA RAMPA



ANDRESSA VILELA

Da esquerda para a direita Rosângela Batistoni, Natália Szermeta, Leonardo Pericles, Roger Guimarães, Cristiane Lima e Pablo Caballero

Movimentos sociais debatem direito à cidade

Dos dias 15 a 17/3, o Tucarena recebeu o Seminário Internacional Trabalho Social em Habitação - Desafios do Direito a Cidade. Na quarta-feira, a segunda mesa do dia tratava do trabalho social na perspectiva dos movimentos de moradia e contou com a presença de Pablo Caballero (Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda y Ayuda Mútua), Leonardo Pericles (Movimento de Lutas dos Bairros, Vila e Favelas), Roger Guimarães e Cristiane Lima (União dos Movimentos de Moradia) e Natália Szermeta (Movimento dos Trabalhadores sem Teto) e a professora Rosângela Batistoni.

Primeiramente, Caballero explicou como funciona a FUCVAM, associação que existe há quase 50 anos no Uruguai. Segundo ele, a federação atua conforme alguns princípios, como ajuda mútua, participação e propriedade coletiva, sendo esse o ponto forte da organização. Além disso, a

FUCVAM também investe no trabalho de formação dos moradores, pois acredita que o olhar crítico e a cidadania são ferramentas importantes para a transformação da realidade.

Pericles, do MLB, concordou, afirmando que é apenas através do poder popular que se alcançará mudança. "A superação do sistema é que irá readequar a cidade para o interesse da classe trabalhadora e isso vai acontecer através das ocupações urbanas, que são o motor da luta pela reforma urbana", afirmou. Lima e Guimarães explicaram um pouco do funcionamento do UMM, em particular da unidade Leste 1. O destaque ficou para o projeto "Pré-Pré", que consiste em um grupo de formação para as famílias se organizarem tanto política, quanto socialmente. Nesses encontros, organizam mutirões e consolidam a autogestão, participando de todas as etapas das construções de moradia.

Núcleo de Estudos da Mulher lança livro

"Gênero, Terceiro setor e Desenvolvimento: quebraadeiras uma luta pela preservação do meio ambiente e cultura do babaquais" é o título do livro que o Núcleo de Estudos da Mulher da PUC-SP lançou no dia 18/3, em comemoração aos seus 25 anos. Entre os autores do

livro destaca-se Maria Izilda Matos, coordenadora do Núcleo e professora de História. Junto com o lançamento o Museu da Cultura exibe a exposição Alegorias e metáforas: natureza e feminino, de Emílio Boschilia. A mostra fica no Museu até 5/4, no horário das 14 às 19h.

Assédio e discriminação em debate na PUC-SP

No dia 21/3, segunda-feira, o Grupo de Pesquisa Direito, Gênero e Igualdade e o Departamento de Teoria Geral do Direito, da PUC-SP, em parceria com o Instituto Avon, realizam o Seminário sobre Assédio, Discriminação e Desigualdade. O evento acontece às 19h, no Tucarena. Durante o encontro, acontecerá o lançamento das Diretrizes sobre Assédio Moral, Sexual, Discriminação e Desigualdade, aprovadas pelo Conselho da Faculdade de Direito da PUC-SP, em outubro de 2015. Além disso, será apresentada a pesquisa elaborada pelo Instituto

Avon e Data Popular sobre violência contra a mulher no ambiente universitário. Estarão presentes nas discussões do seminário representantes do Instituto Avon, INANA e Patrícia Galvão; da Rede Não Cala USP; Coletivo Feminista Yabá, do curso de Direito da PUC-SP; NegraSô, coletivo de negras e negros da PUC-SP; Frente LGBT da PUC-SP e o coletivo ProUni-Se, também da PUC-SP, além de professores e professoras da universidade, como o Prof. João Batista Teixeira, do Depto. de Inglês da PUC-SP e Presidente da APROPUC.

Mantenedoras insistem em arrocho salarial

Na reunião entre as mantenedoras do ensino superior e as associações docentes, realizada na segunda-feira, 14/3, os patrões insistiram na proposta de reajuste parcelado de 8%, em duas vezes, 5,5% agora e o restante em outubro. Não houve nenhum avanço, além de uma possível aplicação do índice inflacionário (10,47%) de forma parcelada, o que, para as entidades docentes é inaceitável. Também as cláusulas so-

ciais foram rechaçadas pelas mantenedoras que alegam preocupação com a saúde financeira de suas instituições. Mesmo questões que independem de acordo financeiro, como assédio moral, são sistematicamente postas de lado pelos patrões. Ao encerrarmos está edição, no sábado, 19/3, acontecia uma nova assembleia dos professores para deliberar novos encaminhamentos para as próximas rodadas de negociação.

Ottaviano de Fiore

Faleceu na terça-feira, 15/3 o professor Ottaviano de Fiore. Nascido em 1931, Ottaviano lecionou na Faculdade de Ciências Sociais entre abril de 1986 e 17/2/2006, data fatídica para a universidade quando acontece a demissão em massa de docentes e

funcionários. Sempre no departamento de Política, Ottaviano era dono de um currículo extenso como professor e pesquisador, destacou-se pelo trabalho em favor do livro e da leitura na Secretaria do Livro e da Leitura entre 1995 e 2002.

Pastoral abre inscrições para Sacramentos

A Pastoral Universitária abriu inscrições para os encontros de preparação para Sacramentos do Batismo, Primeira Comunhão e Crisma. Interessados podem se inscrever de

segunda à sexta, das 8h às 18h, na sala da Pastoral. Os encontros iniciam no dia 5/4, sempre às terças-feiras, às 18h, e às quartas, às 12h, na sala 63 do Prédio Novo.